



Câmara Municipal de Montes Claros – MG
Gabinete de Vereadora Professora Iara Pimentel - PT

PROJETO DE LEI Nº 23/2024

Regulamenta o direito social à alimentação saudável no âmbito das escolas municipais



A Câmara de Montes Claros/MG, por seus representantes, aprova e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Esta Lei institui ações para a garantia de alimentação saudável aos estudantes das escolas da rede pública do Município de Montes Claros.

Art. 2º. Fica proibida a oferta de bebidas e alimentos ultraprocessados nas escolas públicas de ensino infantil e fundamental, estabelecidas no Município de Montes Claros.

Parágrafo único: Nas escolas públicas municipais, a oferta ou distribuição desses produtos obedecerão ao disposto no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e ao regulamento pelo Poder Executivo municipal.

Art. 3º. Para os fins desta Lei, consideram-se alimentos ultraprocessados aqueles cuja fabricação envolve diversas etapas, técnicas de processamento e ingredientes, muitos deles de uso exclusivamente industrial, conforme disposto no Guia Alimentar Para a População Brasileira do Ministério da Saúde.

Art. 4º. O não cumprimento do disposto nesta Lei implicará nas seguintes sanções:

I - notificação para regularização no prazo de dez dias;

II - advertência;

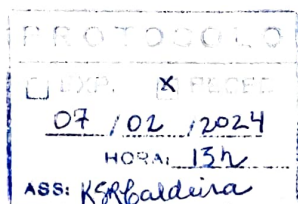
Art. 5º. O poder público municipal, de maneira complementar, deverá promover ações e programas voltados à segurança alimentar de jovens e ao combate à obesidade infantil.


Art. 6º. Na compra dos alimentos e bens destinados à consecução desta Lei, o poder público dará preferência, o quanto possível e de acordo com os parâmetros legais de contratação, à aquisição de alimentos orgânicos junto aos produtores locais e regionais.

Art. 7º. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, estipulando prazo para adequação dos estabelecimentos públicos de ensino, bem como adequando o regime de contratação municipal para suas diretrizes.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros/MG, em 29 de janeiro de 2024.




Iara de Fátima Pimentel Veloso
Vereadora - PT

Profª Iara Pimentel
VEREADORA



Câmara Municipal de Montes Claros – MG
Gabinete de Vereadora Professora Iara Pimentel - PT

JUSTIFICATIVA

Exmo. Senhor Presidente,
Senhores (as) Vereadores (as)

O direito social à alimentação possui respaldo na Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 6º, com a alteração promovida pela Emenda Constitucional n.º 64. Ainda, o texto constitucional denota o dever do Estado, da família e da sociedade de promover e defender os direitos das crianças e dos adolescentes, sob o prisma da doutrina da proteção integral e da máxima prioridade.

A alimentação compõe o espectro da dignidade da pessoa humana e, sobretudo no contexto da educação, mostra caráter essencial para se garantir a plenitude do aprendizado e da efetiva participação escolar. Isso porque, muitas vezes, a criança e o adolescente realizam na escola uma de suas refeições diárias, não só em razão do tempo de permanência no ambiente escolar, mas também por fatores socioeconômicos, notadamente a situação de vulnerabilidade social de muitas delas.

Nesse sentido, é evidente que a alimentação escolar reforça a possibilidade e a efetividade da participação escolar, previne a evasão e garante a dignidade e saúde dos estudantes de baixa renda.

Sem embargo, o fornecimento da alimentação escolar na rede pública de ensino deve se pautar pelos princípios constitucionais norteadores, sobretudo a sua proteção integral. Ou seja, para além da suficiência quantitativa das refeições, é necessário que sejam também qualitativas sob o ponto de vista nutricional.

Assim, toma-se por referência o Guia Alimentar Para a População Brasileira, do Ministério da Saúde, que recomenda sejam evitados os alimentos ultraprocessados:

Devido a seus ingredientes, alimentos ultraprocessados – como biscoitos recheados, salgadinhos “de pacote”, refrigerantes e macarrão “instantâneo” – são nutricionalmente desbalanceados. Por conta de sua formulação e apresentação, tendem a ser consumidos em excesso e a substituir alimentos in natura ou minimamente processados. As formas de produção, distribuição, comercialização e consumo afetam de modo desfavorável a cultura, a vida social e o meio ambiente.

Para além da proibição da inclusão de alimentos ultraprocessados na merenda escolar, a medida fortalece a produção e aquisição de alimentos orgânicos e de significativo valor nutricional, contribuindo para a agricultura, o comércio e a cadeia produtiva local.

Portanto, com a finalidade de se cumprir os comandos constitucionais e legais da proteção integral da criança e do adolescente, bem como garantir o direito social constitucional à alimentação, é o presente projeto de lei.

Por todo exposto, conto com o apoio dos nobres pares para aprovação deste projeto de Lei nesta Casa Legislativa.


Iara de Fátima Pimentel Veloso
Vereadora - PT

Profª Iara Pimentel
VEREADORA